



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Ata de Reunião

PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO MÉDIO RIO GRANDE.

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande – GD7, realizada em 03 de julho de 2020.

Em 03 de julho de 2020, reuniu-se o Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande – GD7, por meio de videoconferência. Compareceram os seguintes Conselheiros Titulares e Suplentes - **Representantes do Poder Público Estadual:** Tenente Eurípedes Teófilo de Souza (T) – Rep. PMMG, Tenente Robert de Souza Costa (S) – Rep. PMMG, Maria de Lourdes Amaral Nascimento (T) – Rep. IGAM, Rosângela Pereira dos Santos (S) – Rep. IGAM, Lilian Messias Lobo (T) – Rep. SEMAD, Renata Fabiane Alves Dutra (S) – Rep. SEMAD, Suelen Daiana Oliveira Canela (T) – Rep. SES, Marcos de Souza Pimenta (S) – Rep. PCMG, Juraci Júnior de Oliveira (T) – Rep. EPAMIG, Mário Apécido Amaral (S) – Rep. EPAMIG. - **Representantes do Poder Público Municipal:** Andreza de Andrade Rosa (T) – Rep. PM de Ibiraci, Osmany de Paula Campos Sobrinho (T) – Rep. PM de Jacuí, Luiz Campos Netto (T) – Rep. PM Itaú de Minas, Fábio de Castro Alves (S) – Rep. PM Itaú de Minas, Elimar Vieira Vaz (T) - Rep. AMEG, Gabriel Neri Cruz Novais (T) – Rep. PM S.S. Paraíso, Lucas Horta Maia (T) – Rep. PM de Fortaleza de Minas - **Representantes de Usuários de Recursos Hídricos:** Laene Fonseca Vilas Boas (T) – Rep. FIEMG, Andrey Alux Bordini (S) – Rep. S.P.R. Passos, Ronaldo Nunes da Silva (T) – Rep. SAAE/Passos, Pedro Abelardo Martins dos Santos (S) – Rep. SAAE Passos, Valdinei Gonçalves Rafael (S) – Rep. Furnas Centrais Elétricas, Sérgio Luis Resende (T) – Rep. COPASA, Maura Helena de Miranda Nunes (T) – Rep. VOTORANTIM, Bruna Dias dos Santos (S) – Rep. VOTORANTIM. - **Representantes de Entidades da Sociedade Civil:** Amanda Francieli de Almeida (T) – Rep. FECOM, Clayton Silva Mendes (T) – Rep. IFSUL DE MINAS Campus Passos, André Luiz Rodrigues (T) – Rep. S. E. Furnas, Eduardo Goulart Collares (T) – Rep. UEMG/Passos, Odila Rigolin de Sá (S) – Rep. UEMG/Passos, Darlan Einstein do Livramento (T) – Rep. CREA/MG, Célio Bertelli (T) – Rep. PROBRIG, José Limonti Junior (S) – Rep. PROBRIG, Leonardo de Souza (T) – Rep. ABES-M. – **Visitantes:** Silzani Soares Lopes – SAAE Passos, Francisco Landi – COOPARAÍSO, Marcelo Fonseca (Diretor de Planejamento e Regulação do IGAM), Ronan Nogueira – IGAM, Alan Motta (IGAM), Tereza Cristina Krauss – UEMG. **Assuntos em Pauta:**

**Item 01 - Abertura pelo Presidente do CBH GD7 e verificação de quórum** – A vice presidente, Amanda, iniciou a reunião com quórum de 19 instituições.

**Item 02 - Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia** – Laene (Secretaria) fez a leitura do expediente do dia e comunicou que houve redução de carga horária da funcionária Thaísa Aparecida Freitas (Auxiliar Administrativo CBH GD7), a secretaria irá funcionar das 08h:00min às 14h:15min. As transmissões no YOUTUBE e no FACEBOOK foram proporcionadas pela vice presidente Amanda. Está em andamento a comissão eleitoral até a próxima reunião que está prevista para o dia 13 de agosto termos o cronograma e quem tiver interesse pode ir articulando e formando chapas.

**Item 03 - Leitura e aprovação da Ata de Reunião do dia 22/05/2020** – A ata foi encaminhada anteriormente, sem considerações e objeções foi dispensada a leitura e a ata foi aprovada com 26 instituições presentes.

**Item 04 – Deliberação Ad Referendum CBH GD7 n. 19 - 2020 - substituição representante comissão eleitoral.** – A deliberação foi aprovada com 26 instituições presentes sem objeções.

**Item 05 – Apresentação do Controle de Faltas dos conselheiros** – O controle foi divulgado anteriormente, André (Presidente) comunicou a recusa da instituição SES em indicar mais um membro como suplente. Thaísa (Auxiliar Administrativo do CBH GD7) fez o informe das vagas remanescentes e informou que o jurídico do IGAM está analisando como será realizado o processo complementar para preenchimento das vagas. Célio Bertelli (PROBRIG) cumprimentou a todos e agradeceu o apoio do

comitê na divulgação do Plano de Educação Ambiental do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Sapucaí Mirim/Grande, feito por instituições que compõe a região da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí Mirim, no Estado de São Paulo. Anunciou o empenho da PROBRIG para estender o mesmo estudo para o CBH GD7. André agradeceu pela parceria e mostrou-se interessado pelo trabalho a ser realizado.

**Item 06 – Oficina de implementação do Plano de ações da Bacia – Laene (FIEMG)** passou a palavra para a Lourdes (IGAM) para iniciar a oficina. Lourdes (IGAM) agradeceu a presença de Marcelo Fonseca (Diretor de Planejamento e Regulação do IGAM), e explanou a ação do Plano Diretor de discussão dos critérios para desenvolver as ações. No momento está no programa que trata sobre as outorgas. Rosângela (IGAM) cumprimentou a todos e apresentou o Quadro 12.1 – Programas de Ações - PARH - Médio Grande, página 308, componente estratégico – Instrumentos de Gestão do Recursos Hídricos. Nas oficinas do Plano Diretor em reuniões anteriores foram discutidas a ampliação da regulação dos usos dos recursos hídricos (parcerias, conhecer a bacia, etc) sendo para o momento discutida a segunda ação dos objetivos estratégicos que é a revisão dos critérios de outorga. No quadro anexo as questões de revisão de critérios consta no quadro da página 10 até a 17. Os quadros contém cada objetivo estratégico dentro da ação de revisão de critérios e detalha as atividades a serem desenvolvidas, trata da questão dos recursos, dos parceiros e a questão dos prazos. As fichas em anexos detalham ação por ação. Na página 282 do plano há considerações dos critérios de outorga. Rosângela fez a leitura do texto da página mencionada. André perguntou sobre os critérios de outorga onde o plano prevê uma revisão no caso de aproveitamento hidroelétrico. No texto menciona que isso tem que ser feito de uma forma integrada, envolvendo a Agência Nacional de Águas - ANA, uma permissão para que o comitê se envolva em assuntos federais. Rosângela diz que é uma parceria constante e permanente em nível local. André complementou dizendo sobre as intervenções do comitê junto a ANA, para falar sobre aproveitamentos hidroelétricos, conforme ofícios emitidos sobre Lago de Peixoto (Reservatório da UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, em Ibiraci) e sobre a cota 762 do Lago de Furnas (Reservatório da UHE Furnas, em São José da Barra), portanto, cumprimento da ação referida. Rosângela destacou que conforme a leitura das ações percebe-se que muita coisa já esta sendo feita em cumprimento do Plano Diretor. Lourdes citou as metas para a ação de revisão de critérios de outorga, e passou a palavra para o Marcelo Fonseca (Diretor de Planejamento e Regulação do IGAM). Marcelo iniciou agradecendo e cumprimentando a todos, antes de entrar nas metas específicas fez algumas contextualizações sobre proposta do Plano Diretor. Informou que o IGAM utiliza para análise técnica da outorga a vazão de referência que foi estabelecida no Plano Estadual de Recursos Hídricos, uma vez que os planos diretores de bacia ainda não tinham avançado na definição e na redefinição das outorgas ou no usos insignificantes, portanto, foram aplicamos critérios mais gerais. Utiliza-se a vazão  $Q_{7,10}$ , uma vazão muito restritiva, com o objetivo de evitar falha, tanto na vazão outorgada, quanto na vazão residual. Existem algumas metodologias já estabelecidas, mas nada consolidado em relação ao que seria uma vazão ecológica. Sabe-se que a vazão de referência tem uma boa aplicação em praticamente todo o Estado, no entanto, pela metodologia que é utilizada para cálculo da  $Q_{7,10}$  há uma particularidade, pois não se aplica nos rios intermitentes. Para que possa se pensar em uma alteração de critério é necessário um estudo prévio que vai calcular as outras formas de vazão média. O IGAM fez um convênio de cooperação com a Agência Nacional de Águas - ANA e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG para desenvolver um novo estudo de regionalização de vazão onde ele trás grandes mudanças em termos de avaliação de disponibilidade hídrica, primeiro com uma atualização dos estudos já existentes das vazões de referência. A partir da conclusão desses estudos tem-se a condição de trabalhar com outras vazões de referência, não só com a  $Q_{7,10}$ . Além disso, a principal inovação do estudo é trazer novas avaliações com base mensal. Hoje a  $Q_{7,10}$  tem base anual. Com essa alteração que está sendo chamada de outorga sazonal, tem-se a  $Q_{7,10}$  para cada mês do ano. A expectativa é que o estudo seja implementado para que haja uma redução de conflitos. Hoje as áreas de conflito são concentradas nos polos de irrigação. Há um outro trabalho, também inovador, em que a ANA e o IGAM promovem integração das informações numa mesma base de dados, desenvolvida com a UFMG, para passar a ser a base utilizada para outorga em Minas Gerais nos seus corpos hídricos de domínio da União. E assim começar harmonizar critérios. Então o objetivo é ter critérios regionalizados. É importante que se pense na unidade de planejamento e tentar buscar uma harmonia em toda bacia do Rio Grande. André, agradeceu. Marcelo continuou ressaltando que a expectativa é de que no segundo semestre tenha se um novo sistema de outorga.

Saindo de um sistema analógico e conseguimos torná-lo digital, por meio do SEI. Com o novo sistema ele deixa de ser digital e vai para um sistema eletrônico, ou seja, os usuários trabalham com preenchimento de formulários eletrônicos com uma série de validações. Está havendo uma preparação de base, pensando nos critérios regionalizados, vazões diferenciadas, monitoramento para incorporar o novo sistema. André fez suas considerações, parabenizou pelo trabalho da equipe do Marcelo e passou a palavra para os conselheiros. Eduardo Collares (UEMG) iniciou parabenizando pela objetividade da apresentação, e pelo sucesso de gestão de outorga no IGAM, destacou o avanço imenso da proposta de lançamento eletrônico de outorga, e entendeu que de fato irá ser uma melhoria grande no processo de outorga no Estado de Minas, indagou se existe alguma novidade em relação as águas subterrâneas, procedimentos de outorgas para o futuro. Marcelo mencionou que com relação a águas subterrâneas se é difícil ter modelos para definir disponibilidade de água superficial, subterrânea seria é umas cem vezes mais difícil. Tem um avanço significativo na região do norte de Minas Gerais, um programa denominado Águas do Norte de Minas, desenvolvido pela CEPRM, um estudo de disponibilidade, em fase de conclusão por um grupo técnico de trabalho para disciplinar esse assunto no Estado de Minas. Eles conseguiram estimar a reserva máxima explotável (análise estatística entre o que chove na região e o fluxo de base para garantir a água superficial, e chegaram a um volume por km<sup>2</sup>. Então em cada km<sup>2</sup> pode se retirar tantos m<sup>3</sup> de água por dia sem prejudicar as águas superficiais e a renovação dos aquíferos) em cada porção hidrográfica no norte de Minas. Laene (FIEMG) fez considerações em relação aos processos de outorgas estarem mais ágeis. Juraci (EPAMIG) perguntou sobre processo de média ou baixa complexidade para poço semi artesiano para consumo humano na zona rural, desde o pedido da outorga, autorização de perfuração e a autorização de captação, qual seria o prazo. Marcelo informou que a autorização esta sendo concedida em 15 dias, e a outorga varia em torno de 6 meses, mas a expectativa é de esse prazo diminuía para 90 dias. Sobre a fiscalização *in loco* de novos empreendimentos Marcelo informou que o SISEMA adotou um modelo de forma integrada, em que foi criada a subsecretaria de fiscalização ambiental que hoje coordena as fiscalizações. Ela é realizada pela SEMAD com o trabalho da Policia Ambiental. André aproveitou e perguntou para a Policia Ambiental se houve fiscalização de irregularidades de alguns pontos mencionados na ultima reunião. O Tenente Robert confirmou que houve as constatações e o trabalho foi feito o apoio ao IGAM, FEAM, IEF. Lourdes mencionou a primeira meta sobre ampliação e regularização do uso e discutiu sobre o que fazer acionamento da fiscalização sob demanda, se seriam remetidas à SEMAD. Marcelo orientou que primeiro é feita uma ação ostensiva, focada no dano ambiental, num segundo momento ações em um trabalho de rotina. Mencionou que seria oportuno que o Comitê fomentasse junto à SEMAD e Policia Ambiental a realização de uma ação de fiscalização preventiva na região com foco nos principais usuários na região. No primeiro momento não será uma fiscalização punitiva. Necessário que tenha uma participação do setor, é importante ter um trabalho de orientação e mobilização para que o usuário busque a regularização. Laene divulgou o link sobre o trabalho FAPI, colocou-se a disposição para fornecer orientações. Um termo de cooperação deve ser formalizado entre o comitê e os órgãos ambientais. Célio Bertelli (PROBRIG) parabenizou o Marcelo pela gestão, mencionou que no CODEMA de Ibiraci vem emitindo as deliberações para que façam as renovações dos empreendimentos, e tem se exigido as outorgas e licenças correspondentes. A PROBRIG, juntamente com a Prefeitura de Ibiraci tem uma gestão que colabora para tornar o sistema eficiente, pra fazer a divulgação e dar orientações do cumprimento das legislações ambientais. Lourdes mencionou algumas demandas sobre participações das instituições de ensino no comitê, e que foi solicitado o apoio as universidades para a implementação das ações do plano. Rosângela fez as considerações sobre os retornos das instituições UEMG, LIBERTAS e IFSULde Minas, até o momento. A intenção é disponibilizar digitalmente os trabalhos para acesso. Marcelo informou que o trabalho com a UFMG não é um projeto de pesquisa mas um produto que contratado, e tem toda uma dinâmica de um plano de trabalho. O IGAM firmou um termo de cooperação com a FAPEMIG e será lançado em breve um edital de chamamento público para pesquisa de alguns assuntos de interesse, para fomentar pesquisas do Estado e atender a demanda. Eduardo Collares sugeriu o IGAM ou a SEMAD uma espécie de workshop em relação aos recursos hídricos, quais as vazões de referência e buscar universalizar isso e o IGAM conhecer outras pesquisas que estão sendo feitas nesse sentido. Marcelo enfatizou que foi lançado recentemente a revista científica sobre recursos hídricos com chamamento pra apresentação de trabalhos voltados para os recursos hídricos. Allan (IGAM) comentou algumas experiências de comitês com as universidades. O Comitê Paraíba do Sul faz seminário onde as universidades tem a oportunidade de expor os trabalhos em relação a recursos hídricos na bacia. Há um

programa, denominado Projeto Escola, que determina os temas para trabalhos, fornece informações da bacia a alunos e, posteriormente promove um workshop com as universidades e faculdades particulares. Rosângela lembrou que o contato das universidades foi uma das ações sobre a regularização, e solicitou aos conselheiros que tem contato de instituições universitárias ou instituições representativas compartilhar. Célio divulgou sobre o seminário de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Sapucaí-Mirim Grande e deixou disponível para acesso e parceria. Marcelo explanou sobre a meta 3, implementar outorga para lançamento de efluentes, em que o estado hoje tem outorga em caráter experimental na Bacia do Ribeirão da Mata, e que é um desafio implementar em todas as bacias do estado. Ela é um instrumento que deve estar alinhado com o enquadramento dos corpos hídricos, um dos instrumentos que irá permitir a efetivação do enquadramento. Precisa-se trabalhar a outorga de lançamento de efluentes associada ao enquadramento para que tenha padrões de lançamentos modulados ao longo de período estabelecido dentro do plano de efetivação do enquadramento da bacia. Allan mencionou que o passo seria então fazer o enquadramento, lembrou que o plano diretor foi feito em integração com o Plano Integrado da Bacia do Rio Grande, e uma das ações prioritárias é contratar o enquadramento da bacia toda, tanto federal quanto estaduais, mas com uma série de mudanças que ocorreram internamente na ANA, o recurso foi perdido. Ainda está como uma meta inicial de implementação do plano federal. Lourdes explanou sobre o recurso do Pró comitê, uma parceria IGAM e ANA para disponibilizar recurso para os comitês de bacias, é um recurso limitado, não sendo suficiente para o enquadramento, é um instrumento caro de se executar na bacia. Marcelo acrescentou que o recurso tem o aspecto de apoio das atividades administrativas. Lourdes informou que em relação a empresa para auxílio na gestão dos comitês de bacia ainda não foi efetivado o contrato. Houve uma seleção, porém houve um contingenciamento do recurso. O IGAM está fazendo o replanejamento do recurso e dos custos. Allan enfatizou que não utilizaria uma verba do Estado de Minas Gerais para essa finalidade, visto que há previsão do recurso da ANA para esse fim. Marcelo complementou que sobre a contratação da entidade que vai dar apoio aos comitês, o processo já está em andamento junto às empresas selecionadas, com previsão de finalização até outubro. Lourdes destacou a importância do enquadramento na bacia. André solicitou que os que estão com cadeiras no Comitê Federal do Rio Grande fomentem a discussão nas câmaras e plenárias sobre implementação dos editais para enquadramento dos corpos hídricos da Bacia do Rio Grande. Laene mencionou que há um edital aberto da própria ANA, que pode ser trabalhado, informou que encaminharia para conhecimento. Marcelo falou sobre a reunião de 02/07/2020 em que estiveram presentes representantes da ANA, ONS, IGAM, MDR, MME, IBAMA, MPEMG, deputados, senadores, representantes de comitês de bacia e da sociedade civil. Foi feita uma apresentação do ONS sobre a situação e a dinâmica da operação dos reservatórios. Alguns questionamentos foram apresentados pela ALAGO e outras pessoas da sociedade civil, numa apresentação de contextos, momento de audiência das demandas apresentadas, bem como as manifestações da União, deputados, senadores. Falou-se muito de projetos de lei, emendas constitucionais estadual em Minas Gerais, um reforço para a discussão do assunto, sendo a principal delas a PEC 52 que declara o Lago de Furnas como patrimônio do Estado de Minas Gerais, e informou que eventuais dúvidas deverão ser formalizadas junto a ANA a senhora Ana Elise, Superintendente de Operações, e que a na próxima reunião a ANA vai apresentar a sua proposição para gestão na área. A ANA, da mesma forma como as outras agências reguladoras, ouviu as explicações apresentadas, tanto pela ONS quanto pela sociedade civil e outros e retornará na próxima reunião do grupo de trabalho. André informou à AMEG que essa reunião mencionada pelo Marcelo é um produto que o CBH GD7 se comprometeu a entregar, atendendo a solicitação sobre a cota mínima 663 para o Lago de Peixoto.

**Itens 07 – Informes Gerais (atividades do CBH)** – Laene informou que o GT de cobrança foi finalizado, foi definida uma proposta de fórmula para fazer a cobrança. O Robson do IGAM está finalizando o resumo para disponibilizar ao comitê para a próxima reunião, e acredita que consiga trazer de forma mais específica o que foi discutido. Laene divulgou o link da minuta de chamamento público de projetos para financiamento de ações. Laene mencionou a pergunta da conselheira Lilian (SEMAD), que menciona sobre os recursos do Pró comitê se poderiam ser utilizados para estagiários, para fazer o cadastro de uso insignificante, por exemplo. O recurso poderia ser utilizado no comitê para ter um estagiário para trabalhar junto à Auxiliar Administrativa Thaísa, um dos anseios do comitê de ter um ponto focal para esclarecer dúvidas relacionadas à regularização de uso de água, para fazer cadastro de uso insignificante? Marcelo informou que não foram todos os comitês contemplados no Pró Comitês nessa fase e sugeriu

encaminhar formalmente para o Thiago Santana as dúvidas sobre o recurso do programa. Lourdes apresentou o Ronan que trabalha na gerência e também esta acompanhando as questões de implementações do plano. Célio informou que disponibilizará o trabalho através da PROBRIG. Sem demais considerações, fizeram os agradecimentos e encerraram a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Laene Fonseca Vilas Boas, Secretário(a)**, em 19/08/2020, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Franciele de Almeida, Vice-Presidente (a)**, em 19/08/2020, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **17531268** e o código CRC **B8D6DE3B**.

**Referência:** Processo nº 2240.01.0001956/2020-73

SEI nº 17531268